

MAPEAMENTO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO PARANÁ: UM OLHAR PARA O INDICADOR DE ADEQUAÇÃO

Gabriela Schneider

Universidade Federal do Paraná - Brasil

gabis0905@gmail.com

Adriana A. Dragone Silveira

Universidade Federal do Paraná – Brasil

adrianadragone@yahoo.com.br

Introdução

A educação básica brasileira expandiu-se significativamente nos últimos anos, aproximando-se da universalização no ensino fundamental, ainda que permaneça o desafio do acesso na educação infantil, especialmente creche e da permanência nos anos finais do Ensino Fundamental (EF) e Ensino Médio (EM). Ao desafio da ampliação soma-se a oferta de uma educação em condições de qualidade, conforme prevê a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Um dos elementos relacionados a discussão da oferta em condições de qualidade refere-se a demanda e a oferta de formação docente, sendo o monitoramento da formação dos docentes que atuam na educação básica e da oferta de formação superior importantes para a discussão das políticas educacionais e o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, 2014).

Os desafios para a formação docente envolvem a baixa atratividade da carreira (GATTI; BARRETO, 2009), questões relacionadas às condições de emprego e condições objetivas para a realização do trabalho (NADIR; SCHNEIDER, 2014), além de adoecimento e intensificação do trabalho docente (CALDAS, 2007).

A formação docente é definida pela LDB (BRASIL, 1996, art. 61) tendo como requisito mínimo licenciatura, admitida a formação de nível médio na modalidade normal para a educação infantil e anos iniciais do EF. O PNE de 2014 estabeleceu como meta formar todos os professores da educação básica em nível superior e, garantir que as disciplinas sejam dadas por docentes com formação adequada, ou seja, na área da disciplina. Porém, mesmo com as definições legais mínimas exigidas para atuação

docente, ainda é possível encontrar professores com formação incompatível a atuação. Dados do Censo Escolar de 2020 (UFG; UFPR, 2020) apontam que 16,7% dos docentes brasileiros não possuem Licenciatura. Somado a isso, em torno de 40 a 50% dos professores dos anos finais do EF e EM não possuem formação adequada a área que lecionam.

Diante desse cenário é mister compreender melhor a formação dos professores a fim de direcionar melhor as ações de formação. Nesse sentido, o objetivo desse trabalho é apresentar a plataforma online Mapeamento da Formação Docente do Paraná (Mapfor Paraná), desenvolvida pelo grupo de pesquisa Laboratório de Dados Educacionais (LDE) vinculado a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e a Universidade Federal e Goiás¹. Tal plataforma apresenta indicadores a nível nacional, estadual, municipal e mesmo de instituições educacionais relativos à formação dos docentes que atuam na educação básica no Estado do Paraná, bem como sobre a oferta de ensino superior em licenciatura, apresentando dados sobre cursos, matrículas, situação das matrículas. Nesse trabalho, especificamente analisam-se os dados de adequação da formação docente dos profissionais que atuam no EF séries finais e EM.

A pesquisa tem como opção metodológica a utilização de dados quantitativos, que descrevem quantas docências ou disciplinas são ministradas por docentes com a formação adequada, buscando discutir tais dados nas diversas etapas, de acordo com os vínculos docentes e mesmo dependência administrativa. O indicador foi construído tomando como referência o indicador de adequação da formação do docente da educação básica do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP; 2014).

Desenvolvimento

O indicador de adequação da formação docente por disciplina tem como fonte de dados os microdados do Censo Escolar do ano de 2020, sendo que

A unidade de análise do indicador é a docência de uma dada disciplina em uma determinada turma ministrada por um docente específico – logo, os resultados apresentados referem-se às combinações existentes entre formações docentes, disciplinas e turmas. São consideradas no cálculo do indicador apenas as disciplinas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC): Língua Portuguesa, Língua estrangeira (Inglês, Espanhol, Francês e Outras), Língua Indígena, Arte, Educação Física, Matemática, Ciências, Química, Física, Biologia,

¹ Disponível em: <https://dadoseducacionais.c3sl.ufpr.br/mapfor/>

Estudos sociais, História, Geografia, Sociologia, Filosofia e Ensino Religioso. Não sendo analisadas as disciplinas dos cursos profissionalizantes e de turmas multisseriada/multietapa. (UFPR; UFG, 2020).

No Paraná, o percentual de docentes com licenciatura nos anos finais do EF e EM vem aumentando, em 2012 eles representavam 91,2% e em 2020 passam a 92,8%. Sendo crescente também a formação em pós-graduação que está em torno de 75%.

Apesar de 92,8% dos docentes terem formação em licenciatura, apenas 75,4% das docências são de formação adequada, sinalizando que um número significativo de docentes ministra aulas em disciplinas que não tem formação para tal. Com destaque para a disciplina de física com 57,9% apenas de adequação e, no outro lado, educação física com 92,1%. O que já foi constatado por outros autores, como Costa e Oliveira (2011) que sinalizam a falta de formação adequada para a área de atuação, apesar de bastante elevada é diferente para as diversas etapas e níveis da educação básica, tendendo a se ampliar, especialmente, no ensino médio e em disciplinas como física, química, matemática.

Além dessas disciplinas, a adequação é bastante baixa no caso do ensino religioso, que é obrigatório no EF e tem apenas 1,3% de adequação, a língua indígena que é assegurada aos povos indígenas conta com 3,2% de adequação. Nesse ponto, há uma dificuldade, tendo em vista a baixa disponibilidade de cursos para formação em línguas indígenas, bem como a baixa e recente presença dos povos indígenas na educação superior. Foi apenas a partir de 2001 que começam a aparecer primeiros cursos de licenciatura com o intuito de formação de docentes indígenas para atuação em suas aldeias (DAVID, MELO, MALHEIRO, 2013).

Quando se compara o percentual de adequação ao tipo de vínculo do docente, há um aumento da adequação para 82,8%, indicando que, em geral, são os docentes com vínculo precário/temporário que mais ministram disciplinas fora da sua área de formação, provavelmente muito vinculado a necessidade de garantir uma carga horária mínima de trabalho ou mesmo aumentar a quantidade de horas de trabalho, mesmo que isso signifique trabalhar com disciplinas para a qual não possui formação.

Em relação a dependência administrativa, a rede federal apresenta 79,1% de adequação, a rede estadual 80,3% e a rede privada apenas 53,5%. No caso da rede federal, a falta de formação adequada é dada principalmente pela ausência de licenciatura, pois apesar de todos os docentes possuírem ensino superior, 37,6% têm formação em bacharelado ou tecnólogo. No caso da rede privada, apenas 9,2% dos professores são

bacharéis e 2,2% não tem formação de nível superior, indicando que os professores lecionam disciplinas que não são da sua área de formação.

Conclusões

Analisar a formação docente é imprescindível para a discussão da melhoria da qualidade da educação, bem como para a discussão de políticas referente a esses profissionais. Segundo Souza e Gouveia (2011), são os docentes os certificadores para que as políticas educacionais se expandam para as salas de aula e outros ambientes educacionais.

A análise apresentada mostrou que apesar de uma grande parcela dos docentes do estado do Paraná possuir formação em nível superior, nem todos tem formação em licenciatura e há uma parcela deles que atuam em disciplinas que não condizem com sua formação, com destaque para aqueles atuantes na rede privada e que são contratados como professores temporários.

A formação docente, dada em cursos de licenciatura específicos se distingue da formação do bacharel ou do tecnólogo, justamente por se debruçar sobre aspectos relativos à metodologia e organização educacional e são essenciais para atuação em sala de aula e são o que constituem a especificidade do fazer docente, nesse sentido, discutir a adequação da formação é essencial para pensar a qualidade de ensino, bem como a melhoria dos processos educacionais.

Referências

BRASIL. **Lei no. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Plano Nacional de Educação (PNE). Plano Nacional de Educação 2014-2024: **Lei n.13.005**, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2014.

CALDAS, A. Desistência e resistência no trabalho pedagógico. **Revista Chão Da Escola**, 6(6), 17–20, 2007.

COSTA, G. L. M. OLIVEIRA, D. A. O trabalho docente no Ensino Médio no Brasil: sujeitos e condições singulares. In: GOUVEIA, A. B.; PINTO, J. M. Rezende; CORBUCCI, P. R. (Orgs.)

Federalismo e políticas educacionais na efetivação do direito à educação. Brasília: IPEA, 2011.

DAVID, M.; MELO, M. L.; MALHEIRO, J. M. S. Desafios do currículo multicultural na educação superior para indígenas. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 111-125, mar. 2013.

GATTI, B. A.; BARRETO, E. S. de Sa. **Professores do Brasil: impasses e desafios.** Brasília: UNESCO, 2009.

NARDI, E. L., SCHNEIDER, M. P. Condições de trabalho docente: novas tessituras das políticas de avaliação para a qualidade. **Educação**, 39(1), 215–228, 2014.

INEP. **Nota Técnica nº 020/2014.** Indicador de adequação da formação do docente da educação básica. Brasília: Inep, 2014.

SOUZA, A. R.; GOUVEIA, A. Os trabalhadores docentes da educação básica no Brasil em uma leitura possível das políticas educacionais. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 19, n. 35, dez. 2011.

UFPR; UFG. **Mapeamento da Formação Docente – Paraná (MAPFOR – Paraná).** Laboratório de Dados Educacionais, Curitiba/Goiânia, 2020. Disponível em: <https://dadoseducacionais.c3sl.ufpr.br/mapfor/> Acesso em: 12/10/2022.